



## **A MANIPULAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE PODER: DA REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM FEMININA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE**

CRISTIANE DA SILVA FREITAS OLIVEIRA

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

### **Resumo**

Este artigo discute as históricas relações de poder entre homens e mulheres, objetivando refletir sobre os mecanismos de controle, produtores e legitimadores de desigualdades sociais entre os sexos. Analisa a influência da representação da imagem feminina de Marianne a Virgem-Mãe e a utilização da simbologia dos contos de fadas na construção da imagem e da identidade feminina. Examina os mecanismos que levaram a própria mulher absorver papéis como mãe, esposa e dona de casa como modelo de vida feliz. Procura refletir sobre a Declaração dos Direitos do Homem e sobre o verdadeiro papel da escola, quase sempre vista como reformadora e reprodutora de estereótipos. Discute as relações de poder no domínio da consciência do seu próprio corpo e provoca uma reflexão sobre a proposta de uma educação numa perspectiva libertadora e transformadora da sociedade.

**Palavras-chave:** Gênero, Imagem e Poder.

### **Resumen**

Este artículo aborda las relaciones de poder históricas entre hombres y mujeres con el fin de reflexionar sobre los mecanismos de control, los productores y legitimar las desigualdades sociales entre los sexos. Analiza la influencia de la representación de la imagen femenina de la Virgen Madre Marianne y utilizar el simbolismo de los cuentos de hadas en la construcción de la imagen y la identidad femenina. Examina los mecanismos que llevaron a su esposa absorben roles como madre, esposa y ama de casa como un modelo de vida feliz. Pretende reflexionar sobre la Declaración de los Derechos Humanos y el verdadero papel de la escuela, a menudo visto como reformador y estereotipos reproductivos. Discute las relaciones de poder en el campo de la conciencia de su propio cuerpo y provoca una reflexión sobre la propuesta de una educación en una perspectiva liberadora y transformadora de la sociedad.

**Palabras clave:** Género, Imagen y Poder.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem

Ao ser votada em 27 de agosto de 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se apresentou com um texto simples e impetuoso, sem fazer menção a rei, nobreza ou clero declarava que “os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem são fundação de todo e qualquer governo. Desta forma, atribuía a soberania à nação e não ao rei e declarava que todos são iguais perante a lei. Tornando-se um marco histórico para a humanidade. No entanto, a ideia de direito universal tinha algo de exclusão em mente. Não seria surpresa que esses homens considerassem incapazes ou indignos de participação no processo político as crianças, os prisioneiros, os insanos e os que não tinham propriedades, os escravos, os negros livres e a minorias religiosas e evidentemente, por toda a parte e com ênfase: as

mulheres. O que abre o debate sobre a veracidade do significado de emancipação da Declaração, considerando que os direitos devem ser inerentes aos seres humanos, serem com equidade, os mesmos para todos e de forma universal, aplicáveis a todos por toda a parte. Não é de se admirar a exclusão da mulher no exercício desses direitos por serem consideradas incapazes de plena autonomia moral e política em virtude de seu status familiar.

Sendo assim, mediante análise de Lynn Hunt[1] é possível afirmar que as crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos pudessem um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando a sua liberdade. Portanto, isoladas e apenas elas, as mulheres não teriam nenhuma dessas opções, eram consideradas inerentemente, dependentes de seus pais, maridos e posteriormente filhos. Sempre teriam um dono.

Essa representação da mulher sempre foi reforçada pela educação formal ou informal. No seio familiar, na escola, na igreja ou na mídia, pois são numerosos os mecanismos de controle ideológico. Historicamente a escola se modifica para se adequar ao sistema, servindo aos interesses de poderosos, ela é um dos mais fortes aparelhos uniformizadores da cultura e formadores de opiniões.

Um dos mecanismos amplamente utilizados pela escola e também pela família são os contos de fadas. Imbuídos de uma conotação emocional, desenvolvem a capacidade de fantasia infantil, fala aos medos das crianças, às suas ansiedades e até mesmo o ódio, representados nos conflitos com a madrasta como em “Branca de Neve”, seja no sentimento de rejeição a exemplo da estória de “João e Maria” ou a rivalidade entre irmãos como em “Cinderela” afirma Bettelheim [2]. É verdade que os contos mostram às crianças que sempre é possível encontrar saídas para os problemas e serem consoladas com um final feliz. Além de proporcionar momentos de aconchego e leitura entre familiares e até mesmo na escola. No entanto, a tradicional frase: “Eles se casaram e viveram felizes para sempre” é emblemática porque está imbuída de significados. O casamento entre homens e mulheres como modelo de vida feliz e a representação da mulher como a princesa indefesa, a fada boazinha ou a madrasta má. Nota-se que não há espaço para a mulher forte, determinada, capaz de resolver seus próprios problemas esta é colocada num patamar de passividade. É educada para sempre esperar pelo príncipe que a salvará. O príncipe, aquele homem sem nome, mas que ostenta um título, uma posição social. Retiram também dele o direito de ser humano.

### **A utilização da imagem para o exercício do poder e a construção da identidade feminina**

O despertar da animalidade para a humanidade durou mais de um milhão de anos, caracterizado pelo momento em que os hominídeos se separaram dos primatas, inventaram o machado de pedra lascada e criaram diferentes estruturas psíquicas e coletivas com a introdução das sociedades de caça. Nessas sociedades então, iniciam-se as relações de força, o que segundo Boff e Muraro [3], o masculino passa a ser o gênero predominante, vem a se tornar hegemônico no período histórico, há oito mil anos, quando destina a si o domínio público e à mulher, o privado. Desde então, um longo caminho foi percorrido para que as mulheres pudessem ocupar espaços de poder dentro da sociedade.

Outro dado importante é a representação da mulher na construção do imaginário social. Destacando-se a figura feminina no imaginário republicano francês, seja a liberdade, a revolução ou a república, enquanto a monarquia era representada na figura do rei. Em Roma, a mulher já era símbolo de liberdade que influenciou a França que influenciou vários países, assim como o Brasil.

Na França, na Segunda República, mesmo mantendo a figura feminina, a mulher começa ser representada de forma distinta, sentada ao pé maternal, cabelos penteados e os seios cobertos e não só apenas em pé com um barrete frígio na cabeça e lança na mão direita, combativa, cabelos revoltos e os seios nus. Segundo Carvalho[4] (2012):

“A Segunda República introduziu a figura feminina como símbolo também nas moedas, nas armas e nos selos postais. Em nenhum desses casos o barrete frígio está presente. Nas armas, ele é substituído por uma auréola em forma de raios de sol, imagem mais tarde imortalizada por Bartholdi na estátua oferecida à cidade de Nova York”. (CARVALHO, 2012, p.78)

Um pouco antes da Terceira República a figura da mulher se popularizou na representação da República na figura de Marianne em oposição ao Império de Napoleão. O governo então, em reação, incentivou o culto a Virgem Maria acarretando numa verdadeira batalha ideológica. E no Brasil? A república, a pátria, a humanidade foram retratadas em diversas pinturas, mas foram os positivistas que exerceram maior importância na manipulação do imaginário e conseqüentemente na representação de modelo feminino a ser seguido. O culto à Virgem-Mãe despontou como preâmbulo da adoração espontânea da Humanidade. Carvalho ressalta que:

“A mulher, como demonstraria a biologia, seria o principal responsável pela reprodução da espécie, enquanto o homem se prestaria mais à transformação do ambiente, à atividade industrial. Na preservação da espécie, o papel da mulher não se limitaria à reprodução, mas se daria especialmente na família, em que, como mãe, ela teria a responsabilidade da formação moral do futuro cidadão”. ( CARVALHO, 2012, p.130)

Consequência disto é o grande número de obras de arte que enaltecem a figura feminina personificada na figura da humanidade, da boa mãe, no papel de mulher dócil e de dona de casa.

Em linhas gerais é notória a influência do culto a Virgem - Mãe na educação das crianças. Evidencia-se a família nesse contexto, pois é responsável pelo processo de socialização primária e é a primeira instituição a qual a criança faz parte efetivando-se como a mais duradoura, exercendo desta forma, grande influência na formação do indivíduo. Contudo, é possível apontar mecanismos distintos entre homens e mulheres. Para o homem são permitidas vantagens que são restritas às mulheres. Para Guareschi[5] “o menino é educado para ser o chefe e tomar decisões enquanto a menina é educada para cuidar da casa e servir ao marido”, reproduzindo assim, as relações de dominação.

O que dizer então, quando são as próprias mulheres as maiores responsáveis pela educação dos filhos e das filhas? O papel da família na reprodução das relações de poder é bastante eficaz, para que sejam mantidas as hierarquias verticais de poder, onde as mulheres são subjugadas e onde as diferenças sexuais são consagradas, legitimadas e levadas ao campo profissional considerando que mesmo exercendo a mesma função as mulheres, como via de regra, recebem menos do que os homens.

Família, doutrina, escola, é importante compreender porque essas instituições se moldam, produzem e reproduzem formas de consciência que permitem a manutenção do controle social e a ação dos grupos dominantes de forma sutil e eficiente sem a utilização declarada de mecanismos de dominação, como por exemplo, no processo de naturalização da dominação exploratória exercida pelos homens sobre as mulheres.

Na medida em que a escola torna-se necessária ao sistema ela sofre modificações. Guareschi acrescenta: “Por escola nós vamos entender o aparelho criado pelo grupo dominante para reproduzir seus interesses, sua ideologia. Escola seria aquela instituição superestrutural, na maioria das vezes imposta, obrigatória, e controlada pelos que detêm o poder. Quando essa escola não executar a política e os interesses do grupo no poder, ela é censurada, mudada, reformada, e até mesmo fechada. Escola seria, pois o aparelho ideológico do capital”. GUARESCHI, 1995 p. 69

Dentro de uma escola domesticadora e de uma religião legitimadora, reprodutora que sacraliza as estruturas e relações de dominação e de exploração é possível, entre os grupos, que se promovam o debate, a reflexão e o culto de uma prática libertadora. (FREIRE, 2014).[6]

Ressaltam-se aqui, os mecanismos fomentadores de desigualdades sociais, desigualdades de gênero ou desigualdades sociais entre os sexos, considerando a evidente distinção entre a educação ministrada para homens e para as mulheres numa sociedade formadora de desigualdades. De Marianne ao culto a Virgem-Mãe desponta uma mudança de paradigma no qual a representação da imagem feminina e os esforços empregados na construção de uma identidade colocam a mulher numa situação de submissão, esposa, dona de casa e rainha do lar. Não bastava apenas ser mulher e esposa, tinha que ser mãe, procriadora, para a perpetuação da espécie. Toda mulher tem condições de gerar filhos? Toda mulher quer gerar filhos?

A identidade pessoal é reflexo da identidade coletiva e a educação é fomentadora de mobilidade social. Tem a capacidade de invadir os espaços mais íntimos da natureza humana, de influenciar no destino das pessoas, manipular vontades ou promover a construção de uma consciência crítica e solidária. Pode ser o caminho.

### **As relações de poder e o domínio da consciência do seu próprio corpo**

“O poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (Michel Foucault 1995, p. XIX)[7]

Ao se analisar a distinção entre os sexos nas sociedades caçadoras, observadas nas primeiras culturas, com a introdução do machado de pedra lascada na divisão de tarefas é possível observar a formação de novas e diferentes estruturas psíquicas e coletivas na qual a mulher está em desvantagem relacionada ao homem. Mais adiante em 1789, é notória a exclusão da mulher das posições políticas no contexto das discussões em torno da Declaração Universal dos Direitos do Homem e os paradigmas que norteiam a manipulação do imaginário social mediante o gradual ostracismo da representação de Marianne comparado ao culto da Virgem-Mãe que influenciou a formação de identidade coletiva e

individual do ser humano. Há de se ressaltar então, que historicamente a mulher foi sempre submetida ao segundo e inferior plano. Direcionaram para a mulher os papéis de esposa, mãe e viúva, essa que, deveria se manter passiva sob o marido durante o ato sexual indicando sua condição submissa, reforçada pela moral da igreja que procurou disciplinar a união de seus seguidores.

Bauer[8] faz referência à influência da concepção religiosa sobre as relações humanas na sociedade medieval a considerar que:

“O marido que amasse excessivamente a esposa era visto como adúltero, pois ‘não deveria usá-la como se fosse uma prostituta’. Esposa, mãe e viúva, as três situações vividas pela mulher dentro do meio familiar mostram as desigualdades no valor e na importância da mulher para a família. Não bastava ser esposa, muito menos viúva, era preciso ser mãe. A capacidade de gerar filhos, principalmente do sexo feminino garantia-lhe um lugar entre os demais familiares. Sendo mãe, quando viúva teria certa ascendência, ao menos moral, sobre os filhos”. (BAUER. 2001 p, 24)

Mediante a análise do exposto fica evidenciada a profunda influência dessas ideias na formação do indivíduo atual e de sua identidade.

Sendo assim, numa perspectiva filosófica crítica, embasada na obra de Foucault, é importante propor a discussão sobre as relações de poder, como um fenômeno complexo associado ao saber e a consciência de seu próprio corpo, que para o autor, é um processo político.

Foucault demonstra que existe uma relação corporal entre as massas e o aparelho de Estado. Ressalta que do século XVII ao início do século XX, foi difundida a crença do poder no investimento do corpo, de forma densa, constante e planejada. Resultando nesses regimes disciplinares que vigoram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas famílias. Posteriormente, percebeu-se que esta rigidez e este poder eram necessários considerando as sociedades industriais que absorveria, de forma branda, o poder e o domínio sobre o corpo. Descobriu-se então, que os controles da sexualidade poderiam ser atenuados e tomar outras formas.

Quando se examina as relações de poder, comumente se depara com fenômenos complexos e a escola, a família, a religião se apresentam como eficazes instrumentos de manutenção do poder, de condicionamentos nas relações sociais e também sexuais. Para Foucault, foi através do poder e do investimento sobre o corpo através da ginástica, dos exercícios, do desenvolvimento muscular, da nudez, entre outros, que foi possível o domínio e a consciência de seu próprio corpo. Emerge então, a reivindicação do corpo contra o poder a favor da saúde e contra a economia, constituindo um paradoxo entre as tradicionais regras morais do pudor e do casamento entre homens e mulheres comparadas ao prazer. Portanto, dentro desse contexto, é possível citar como exemplo as discussões em torno da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Foucault elucida:

“o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. (Michel Foucault 1995, p 146).

O autor reafirma no final do texto a luta, e a importância dessa resistência, a não aceitação a toda a forma de dominação. Os movimentos sociais são importantes por terem a capacidade de promover e provocar discussões, numa proposta renovadora, que saem de sua forma normalizadora nas quais as minorias, os negros e GLBTs têm conquistado mais espaço na mídia, e discussões de Projetos a serem votados no Congresso e no Senado. É a conquista e a promoção do direito.

Somos diferentes. Assim, somos seres da diferença e temos significados múltiplos e não único. Podemos romper as fronteiras do preconceito, da discriminação, da submissão e da homogeneidade identitária dentro de nós mesmos, num exercício contínuo de solidariedade e cidadania.

As diferenças sociais, culturais, econômicas ou de gênero podem nos separar ou nos enriquecer como seres humanos, é opção.

## Referências Bibliográficas

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos Contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUARQUE, Cristina; OLIVEIRA, Maria de; TAVARES, Celma. Org. **Mulheres Semeando Cidadania: cadernos de políticas públicas**. Recife: Pernambuco. Secretaria Especial da Mulher, 2009.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, Regina Leite. **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 3.ed São Paulo: Cortez, 2011.

GEORGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia Crítica: alternativas de mudanças**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. 2014.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**.

\_\_\_\_\_ **Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial**. Recife, 2011.

\_\_\_\_\_ **Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero**. Recife, 2014.

[1] HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. 2014.

2 BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 13

3 MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro, 2002, p. 13

4 CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.

5 GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica: alternativas de mudança. 1995, p.80.

6 FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade, 2014.

7 FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 1995, p. XIX.

8 BAUER, Carlos. Breve história da mulher no mundo ocidental. 2001, p. 24.

Cristiane da Silva Freitas Oliveira, professora, graduada em História e Pós-graduada em Programação do Ensino da História. E-mail: cristianef.sofiza@hotmail.com.

Recebido em: 04/07/2015

Aprovado em: 05/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: